



UNICASA

Móveis

Relatório da Administração
2013

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alexandre Grendene Bartelle

Presidente do Conselho de Administração

Juvenil Antônio Zietolie

Vice-Presidente do Conselho de Administração

Frank Zietolie

Membro do Conselho de Administração

Hugo Antônio Jordão Bethlem

Membro Independente do Conselho de Administração

Renato Ochman

Membro do Conselho de Administração

DIRETORIA

Frank Zietolie

Diretor Presidente

Kelly Zietolie

Diretora Vice-Presidente

Paulo Eduardo Junqueira de Arantes Filho

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Thiago Proença Baisch

Diretor Comercial

Ivanir Moro

Contador

CRC/RS-053351/O-7

Aos Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** apresenta-lhes, a seguir, o **Relatório da Administração** e as **Demonstrações Financeiras** preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da *Comissão de Valores Mobiliários* (CVM). A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e que são efetivas para as demonstrações financeiras findas de 31 de dezembro de 2013.

As **Demonstrações Financeiras da Unicasa Indústria de Móveis S.A.** findas de 31 de dezembro de 2013, foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os novos dispositivos introduzidos, alterados e revogados pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, os quais são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Em 2013 iniciamos a operação de cinco lojas próprias, quatro em São Paulo e uma em Manaus. A abertura da sexta e última loja prevista em nosso projeto de lojas próprias deve ocorrer no segundo semestre de 2014, em São Paulo. Iniciado no ano de 2012 o projeto busca viabilizar experiência na operação de lojas, possibilitando a identificação de boas práticas e ganhos de eficiência a serem implantadas em toda a nossa rede de lojistas. O relacionamento direto com o consumidor final nos possibilita um amplo conhecimento sobre o processo de venda desde o desenvolvimento do projeto de um ambiente até a montagem final do produto.

Iniciamos, neste ano, a operação de nossa nova marca Casa Brasileira, comercializada através de franquias e lojas multimarcas. Inspirada no conceito da brasilidade e nas diferentes regiões do país, o posicionamento da marca é resultado de um estudo sobre a cultura e o jeito de ser do brasileiro. A marca explora a necessidade de móveis voltados para ambientes menores e fidedignos aos espaços disponíveis atualmente.

Durante o ano, evoluímos no reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, que envolve a conversão de lojas pequenas, com baixo faturamento e com pouco impacto no resultado da Companhia, em lojas multimarcas ou sua descontinuidade. Temos por objetivo ter uma rede mais homogênea e com presença de nossas marcas em mercados adequados à sua proposta.

O quarto trimestre do ano de 2013 mostra uma recuperação da receita das marcas Dell Anno e Favorita, sinalizando o fim do ciclo dos efeitos de redução de receita relacionados ao reposicionamento de lojas relevantes ocorrido em 2012.

Em 2013, tivemos uma boa geração de caixa apesar dos resultados aquém dos esperados. No ano efetuamos o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, reduzimos dívida líquida, investimos em CAPEX e quitamos obrigações fiscais ao aderir ao REFIS, entretanto, mesmo com esse alto fluxo de dispêndios financeiros, encerramos o ano com uma posição de caixa que, em nossas projeções, nos permitirá cumprir as obrigações de investimentos e de giro do negócio para o ano de 2014.

Neste ano consolidaremos parte de nossas estratégias, porém estamos cautelosos em estabelecer perspectivas do efeito delas no resultado da Companhia, pois a realização da Copa do Mundo e as eleições presidenciais configuram um ano atípico, aumentando a incerteza frente ao cenário econômico e político do país.

Agradecemos a confiança e o apoio, neste ano de investimentos em nossa operação de lojas próprias e de consolidação de nossas estratégias. Aos nossos acionistas, lojistas e suas equipes, clientes, fornecedores e aos nossos funcionários, todos sempre dedicados e comprometidos com o sucesso de nossa Companhia, nosso muito obrigado.

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E VENDAS

Dando continuidade ao reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita, conforme divulgado no 2T13, que consiste na substituição de lojas situadas em mercados de baixa aderência à proposta das marcas e com baixa geração de receita e resultado, reduzimos a base de revendedores em 58 lojas no 4T13 e convertemos 27 dessas lojas em Casa Brasileira Multimarca.

Nosso canal de distribuição multimarcas alcançou no 4T13 um total de 2.852 lojas. Concluímos o 4T13 com 650 lojas multimarcas New e Casa Brasileira e 2.202 pontos de venda de redes varejistas com a marca Telasul Modulados.

O canal das vendas exclusivas atingiu um total de 832 lojas, sendo 381 Dell Anno e Favorita e 451 New e Casa Brasileira Franquia.

Apresentamos abaixo a evolução dos nossos canais de distribuição:

Período	2012	1T13	2T13	3T13	4T13	Δ
Revendas Exclusivas, Franquias e Lojas Próprias	922	929	923	906	832	(74)
Dell Anno e Favorita	463	463	456	439	381	(58)
New e Casa Brasileira Franquia	459	466	467	467	451	(16)
Multimarca	2.131	2.161	2.761	2.820	2.852	32
New e Casa Brasileira Multimarca	576	576	594	618	650	32
Telasul Modulados	1.555	1.585	2.167	2.202	2.202	-

DESEMPENHO DE VENDAS
Receita Bruta ex-IPI

As informações de receita por marca são apresentadas no formato de receita bruta com a exclusão do IPI da base comparativa – (Receita Bruta ex-IPI), pois as informações de vendas por marca tem melhor comparabilidade neste formato. A alíquota do IPI foi reduzida de 5% para 0%, no período de 26 de março de 2012 até 31 de janeiro de 2013, passando a ser de 2,5% a partir de 1º de fevereiro, subindo para 3% a partir de 1º de julho e para 3,5% a partir de 1º de outubro, passando para 4% de 1º de janeiro de 2014 e com previsão de retorno a 5% em 1º de julho de 2014. As informações de Receita Bruta, Receita Bruta ex-IPI e módulos vendidos estão disponíveis no Anexo IV deste release.

Dell Anno e Favorita

Dell Anno e Favorita - Revendas Exclusivas e Lojas Próprias	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	52.809	54.293	2,8%	195.676	172.496	-11,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	178,4	161,4	-9,5%	698,5	544,0	-22,1%
Preço Médio Unitário (R\$)	296,0	336,4	13,6%	280,1	317,1	13,2%

As marcas Dell Anno e Favorita tiveram aumento de 2,8% da Receita Bruta ex-IPI, decréscimo de módulos vendidos em 9,5% e aumento de 13,6% do preço médio unitário em comparação ao 4T12. No ano, a queda acumulada na receita foi de 11,8%, a venda de módulos reduziu 22,1% e o preço médio aumentou 13,2%.

Conforme antecipado na divulgação de resultados do 2T13, o reposicionamento das marcas Dell Anno e Favorita não trouxe efeitos relevantes na receita da marca, confirmando que as lojas envolvidas nessa operação possuem baixa representatividade.

As lojas próprias, todas Dell Anno, tem aumentado sua representatividade no negócio, dentro do esperado no processo de maturação da operação. No quarto trimestre foi concluída a reforma da loja de Sumaré, adequando-a ao padrão proposto para as lojas próprias.

New e Casa Brasileira

New Revendas Exclusivas e Casa Brasileira Franquia	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPi	25.430	25.188	-1,0%	91.756	92.465	0,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	138,0	125,2	-9,3%	488,0	474,1	-2,8%
Preço Médio Unitário (R\$)	184,3	201,2	9,2%	188,0	195,0	3,7%

Multimarcas	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPi	10.271	9.750	-5,1%	38.159	37.093	-2,8%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	66,9	61,8	-7,6%	241,7	232,8	-3,7%
Preço Médio Unitário (R\$)	153,5	157,8	2,8%	157,9	159,3	0,9%

Obs: As receitas apresentadas para 2012 se referem às vendas da marca Telasul nos canais Exclusivo e Multimarca, adicionadas às de New no canal Multimarca.

A Receita Bruta ex-IPi dos canais Exclusivo da marca New e Franquia da marca Casa Brasileira apresentou redução de 1,0%, com decréscimo dos módulos vendidos em 9,3% e aumento do preço médio unitário em 9,2% em relação ao 4T12. No ano, a receita e preço médio dos módulos aumentaram, 0,8% e 3,7%, respectivamente, enquanto que o volume vendido reduziu 2,8%.

O canal Multimarcas (New, Casa Brasileira e outras) apresentou redução na Receita Bruta ex-IPi em 5,1% no 4T13 e 2,8% no ano, o número de módulos vendidos apresentou redução de 7,6% no 4T13 e 3,7% no ano, enquanto o preço médio unitário aumentou 2,8% no 4T13 e 0,9% no acumulado do ano.

Telasul Modulados

A marca Telasul era comercializada por meio dos canais Exclusivo, Multimarca e Magazine, e era reportada de forma consolidada. Com a criação da marca Casa Brasileira em março deste ano, os antigos canais Exclusivo e Multimarca da Telasul foram transformados em Casa Brasileira Multimarca, que passam a ser reportados em conjunto com New Multimarca. O canal Magazine continua sendo atendido com a marca Telasul Modulados, fornecendo móveis modulados para redes de varejo.

Telasul Modulados	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPi	5.606	3.870	-31,0%	18.568	13.945	-24,9%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	46,0	36,1	-21,5%	155,3	120,0	-22,7%
Preço Médio Unitário (R\$)	121,9	107,2	-12,1%	119,6	116,2	-2,8%

O desempenho da marca Telasul Modulados apresentou Receita Bruta ex-IPi inferior em 31,0%, com queda de volume de 21,5% e redução do preço médio em 12,1%.

Unicasa Corporate

Este segmento apresenta aumento de Receita Bruta ex-IPI de 90,7%, aumento de volume de 169,0% e redução do preço médio unitário de 29,1%.

Unicasa Corporate	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.189	2.267	90,7%	4.868	5.793	19,0%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	2,9	7,8	169,0%	19,7	19,7	0,0%
Preço Médio Unitário (R\$)	410,0	290,6	-29,1%	247,1	294,1	19,0%

Outras Receitas

As outras receitas são oriundas de vendas para funcionários, fornecedores, transportadoras e outras.

Outras Receitas	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.435	1.451	1,1%	6.112	4.973	-18,6%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	11,8	14,2	20,3%	27,8	56,9	104,7%
Preço Médio Unitário (R\$)	121,6	102,2	-16,0%	219,9	87,4	-60,3%

Mercado Externo

As vendas no Mercado Externo apresentaram aumento de receita de 17,1%, aumento de 43,8% de volume vendido e redução do preço médio de 18,5%.

Mercado Externo	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.753	2.052	17,1%	8.063	8.970	11,2%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	11,2	16,1	43,8%	66,1	124,6	88,5%
Preço Médio Unitário (R\$)	156,5	127,5	-18,5%	122,0	72,0	-41,0%

Indicadores Consolidados Unicasa

Unicasa Indústria de Móveis	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	98.493	98.871	0,4%	363.202	335.735	-7,6%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	455,2	422,6	-7,2%	1.697,0	1.572,1	-7,4%
Preço Médio Unitário (R\$)	216,4	234,0	8,1%	214,0	213,6	-0,2%

Mercado Interno	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	96.740	96.819	0,1%	355.139	326.765	-8,0%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	444,0	406,5	-8,4%	1.630,9	1.447,5	-11,2%
Preço Médio Unitário (R\$)	217,9	238,2	9,3%	217,8	225,7	3,6%

Mercado Externo	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Bruta ex-IPI	1.753	2.052	17,1%	8.063	8.970	11,2%
Número de Módulos Vendidos (mil un.)	11,2	16,1	43,8%	66,1	124,6	88,5%
Preço Médio Unitário (R\$)	156,5	127,5	-18,5%	122,0	72,0	-41,0%

DESEMPENHO FINANCEIRO

Sumário Executivo	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Receita Líquida	75.560	75.234	-0,4%	279.441	257.919	-7,7%
Lucro Bruto	31.479	30.773	-2,2%	115.469	103.051	-10,8%
Margem Bruta	41,7%	40,9%	-0,8 p.p.	41,3%	40,0%	-1,3 p.p.
Resultado Operacional	8.819	2.888	-67,3%	47.754	13.858	-71,0%
Margem Operacional	11,7%	3,8%	-7,9 p.p.	17,1%	5,4%	-11,7 p.p.
Lucro Líquido	10.232	414	-96,0%	42.164	13.709	-67,5%
Margem Líquida	13,5%	0,6%	-12,9 p.p.	15,1%	5,3%	-9,8 p.p.
EBITDA	10.909	4.655	-57,3%	56.031	22.193	-60,4%
Margem EBITDA	14,4%	6,2%	-8,2 p.p.	20,1%	8,6%	-11,5 p.p.

Receita Líquida

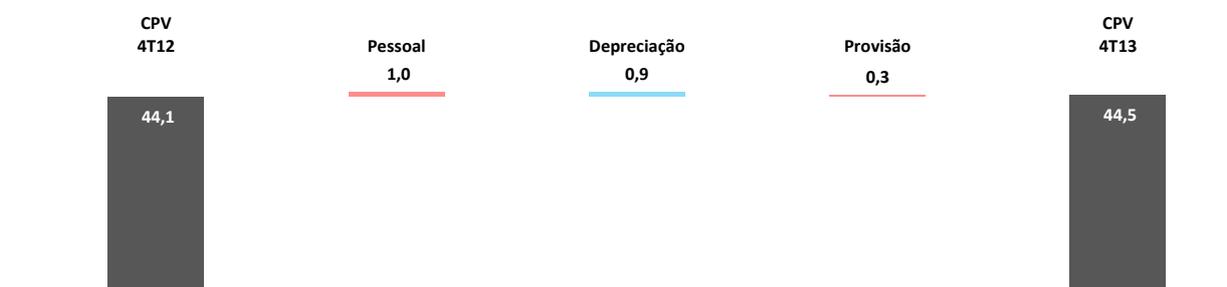
A receita líquida da Companhia reduziu 0,4% no 4T13 em comparação ao 4T12 e no acumulado do ano a redução foi de 7,7%. Neste trimestre, a redução da receita foi menos representativa do que a apresentada nos trimestres anteriores de 2013, devido, principalmente, aos sinais de recuperação da marca Dell Anno e Favorita, que apresentam crescimento de 2,8% no período.

Custo dos Produtos Vendidos (CPV)

O custo por módulo vendido aumentou de R\$96,84 no 4T12 para R\$105,21 no 4T13, um aumento de 8,6%, decorrente principalmente da maior despesa de pessoal no período. O aumento nominal do CPV entre o 4T12 e o 4T13 foi R\$0,4 milhão ou 0,9%. Dentre os principais elementos que impactaram nesta variação estão:

- i) Aumento dos gastos com pessoal de R\$1,0 milhão, relacionada principalmente ao acréscimo do quadro funcional - a) na linha da produção flexível, que estava em processo de *ramp up* no 4T12; e, b) na nova linha de pintura - e ao dissídio coletivo;
- ii) Redução do valor de depreciação em R\$ 0,9 milhão em função da revisão da vida útil do ativo imobilizado, parcialmente compensado pela depreciação dos ativos adquiridos para pintura e produção flexível;
- iii) A evolução em nossos controles de estoques nos permitiu no 4T12 a efetuar uma reversão no montante provisionado para estoques obsoletos. Dessa forma, a reversão que ocorreu em 2012 não se repetiu em 2013, provocando um efeito de aumento na despesa com provisão de R\$0,3 milhão no comparativo.

A seguir demonstramos a reconciliação do Custo dos Produtos Vendidos 4T12x4T13⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

No acumulado do ano de 2013, o custo dos produtos vendidos representou 60,0% da receita líquida de vendas, e 58,7% no ano de 2012. Essa variação ocorreu, principalmente, devido ao aumento do custo unitário por módulo vendido, passando de R\$96,63 em 2012 para R\$ 98,51 em 2013. Essa variação ocorreu devido a:

- (i) a principal variação que contribuiu para o aumento do custo médio é referente a gastos com pessoal. Em 2012 a linha de Produção Flexível estava em estágio pré-operacional e em 2013 a linha de pintura em *Lacca* entrou em operação, assim, o impacto dessas linhas em 2013 representou um gasto adicional de R\$3,48 milhões. Já o dissídio coletivo, acrescentou R\$1,03 milhão à despesa com pessoal.

(ii) a redução da receita líquida, bem como a variação do mix da venda, provocando uma redução de cerca de R\$12,57 milhões no custo;

(iii) redução na despesa de depreciação no valor de R\$0,80 milhão devido à nova estimativa de vida útil a partir de setembro de 2013.

(iv) outras despesas gerais de fabricação apresentaram aumento de R\$0,24 milhão

A seguir demonstramos a reconciliação do Custo dos Produtos Vendidos 2012x2013 ⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

Lucro Bruto e Margem Bruta

O Lucro Bruto do trimestre foi de R\$30,8 milhões, com Margem Bruta de 40,9%. A margem apresentou redução de 0,8 p.p. em relação ao 4T12, impactada principalmente pelo aumento no gasto de pessoal e compensada parcialmente pela variação positiva do mix no período. Em relação ao 3T13, a margem bruta cresceu 1,9%, principalmente, devido à variação do mix de venda do período e maior receita no período, contribuindo para diluição de custos fixos.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A)

As despesas com vendas, gerais e administrativas foram de R\$29,1 milhões no 4T13, 21,9% superior ao 4T12, representando 38,7% da Receita Líquida.

Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Total	(23.875)	(29.113)	21,9%	(77.059)	(93.543)	21,4%
Despesas com Vendas	(18.192)	(19.501)	7,2%	(57.422)	(69.148)	20,4%
% Receita Líquida	24,1%	25,9%	1,8 p.p.	20,5%	26,8%	6,3 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	(5.683)	(9.612)	69,1%	(19.637)	(24.395)	24,2%
% Receita Líquida	7,5%	12,8%	5,3 p.p.	7,0%	9,5%	2,5 p.p.
VGA % Receita Líquida	31,6%	38,7%	7,1 p.p.	27,5%	36,3%	8,8 p.p.

As despesas com Lojas Próprias e Central de Serviços, neste trimestre, aumentaram R\$4,4 milhões sendo, relacionadas principalmente a despesas com pessoal e aluguéis. No acumulado do ano, essas despesas aumentaram em R\$13,0 milhões. Em 2012, estas despesas foram menos relevantes, pois as lojas próprias iniciavam seu ciclo pré-operacional.

As despesas com clientes apresentaram aumento de R\$0,5 milhão em relação ao 4T12 e R\$3,4 milhões no acumulado do ano. Essas despesas são relacionadas ao atendimento de consumidores finais de lojas fechadas.

A amortização dos pontos comerciais, iniciada no 3T13, acrescentou R\$0,6 milhão nas despesas operacionais no 4T13 e R\$0,8 milhão no acumulado do ano.

A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou as despesas administrativas em R\$2,2 milhões, valor líquido de provisão .

As despesas com provisões reduziram em R\$2,3 milhões em comparação ao 4T12, principalmente devido ao menor montante de provisão para devedores duvidosos registrado no 4T13. Já no acumulado do ano, a redução de R\$3,78 milhões ocorreu, principalmente, devido ao registro de provisão não recorrente no 2T12.

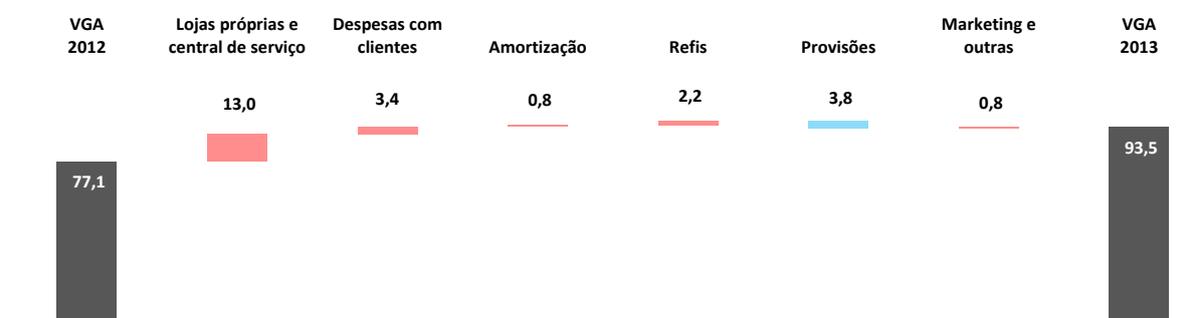
As despesas com marketing e outras despesas líquidas dos efeitos comentados acima, apresentaram redução de R\$0,2 milhão em relação ao 4T12, principalmente devido à redução nas despesas de marketing do período, que decorre, principalmente, do diferimento anualizado em 2013 da recuperação de despesas de marketing. No acumulado do ano, as outras despesas atingiram R\$0,8 milhão devido, principalmente, a consultorias contratadas no período.

A seguir demonstramos a reconciliação das despesas com Vendas, Gerais e Administrativas 4T12x4T13⁽¹⁾:



⁽¹⁾Em milhões.

A seguir demonstramos a reconciliação anual para as despesas com Vendas, Gerais e Administrativas 2012x2013⁽¹⁾:



⁽¹⁾Em milhões.

Outras Receitas e Despesas Operacionais

As outras receitas operacionais apresentaram pouca variação em relação ao 4T12. No acumulado do ano, o principal efeito redutor desta rubrica refere-se ao efeito não recorrente registrado em 2012 do prêmio pela renovação do acordo comercial com instituição financeira que fomenta as operações financeiras na rede de revendedores.

Outras Receitas e Despesas Operacionais	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Total	1.215	1.228	1,1%	9.344	4.350	-53,4%
Outras Despesas Operacionais	(23)	-	-100,0%	(35)	(40)	14,3%
Outras Receitas Operacionais	1.238	1.228	-0,8%	9.379	4.390	-53,2%
Prêmio Bancário	853	873	2,3%	7.152	2.961	-58,6%
Outras Receitas operacionais	385	355	-7,8%	2.227	1.429	-35,8%
% Receita Líquida	1,6%	1,6%	0,0 p.p.	3,3%	1,7%	-1,6 p.p.

Resultado Financeiro Líquido

O resultado financeiro líquido apresentou redução de 247,0% em relação ao 4T12. A seguir demonstramos o resultado financeiro líquido:

Resultado Financeiro	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Resultado Financeiro Líquido	1.846	(2.714)	-247,0%	9.192	1.553	-83,1%
Despesas Financeiras	(909)	(5.365)	490,2%	(3.075)	(8.505)	176,6%
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(119)	(181)	52,1%	(622)	(686)	10,3%
Despesas de empréstimos e financiamentos	(128)	(15)	-88,3%	(547)	(259)	-52,7%
Despesas com variação cambial	(104)	(34)	-67,3%	(413)	(414)	0,2%
Ajustes a valor presente – AVP	-	(206)	n/a	(342)	(365)	6,7%
Outras despesas financeiras	(558)	(4.929)	783,3%	(1.151)	(6.781)	489,1%
Receitas Financeiras	2.755	2.651	-3,8%	12.267	10.058	-18,0%
Juros recebidos	819	594	-27,5%	3.346	2.399	-28,3%
Descontos obtidos	67	47	-29,9%	516	156	-69,8%
Rendimentos de aplicações financeiras	465	567	21,9%	2.487	1.858	-25,3%
Receitas com variação cambial	103	281	172,8%	314	645	105,4%
Ajuste a valor presente – AVP	1.139	1.023	-10,2%	5.033	4.533	-9,9%
Outras receitas financeiras	162	139	-14,2%	571	467	-18,2%

A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou a despesa financeira, na linha de “outras despesas financeiras” no valor de R\$2,2 milhões referentes ao juros do processo. Na mesma rubrica, foram registrados descontos financeiros, que somaram R\$2,8 milhões no 4T13, oriundos de negociações com lojistas que resultaram na recuperação de créditos e envolveram a internalização de ativos. Ambos não são recorrentes.

Os principais fatores que afetaram o ano foram: (i) descontos concedidos a clientes, aumentaram R\$3,5 milhões; (ii) Refis, conforme comentado acima no valor de R\$2,2 milhões; (iii) menor recebimento de juros devido ao menor saldo referente a contratos, R\$0,9 milhão; (iv) menor rendimento de aplicações financeiras, pelo fato de que, em 2012, a Companhia manteve em caixa recursos oriundos da venda de ações até a data do efetivo pagamento dos dividendos aos sócios, R\$0,6 milhão.

Lucro Líquido

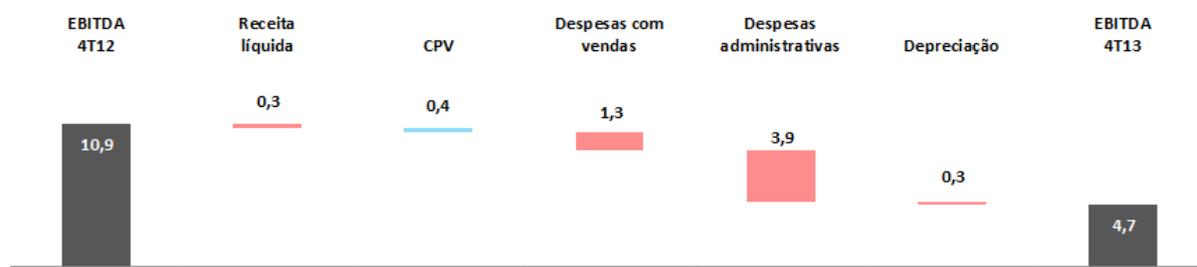
O lucro líquido apresentou queda de 96,0% em relação ao 4T12, em decorrência principalmente dos efeitos não recorrentes do Refis e dos descontos concedidos, assim como o aumento das despesas com lojas próprias e atendimento a consumidores finais. No ano, a redução de 67,5% foi impactada, além dos fatores que afetaram o trimestre ampliando seus efeitos para o ano, pelo registro de outras receitas operacionais não recorrentes em 2012.

EBITDA e Margem EBITDA

O EBITDA reduziu 57,3%, passando de R\$10,9 milhões no 4T12 para R\$4,7 milhões no 4T13. No ano a redução foi de 60,4%, passando de R\$56,0 milhões em 2012 para R\$22,2 milhões em 2013. A Margem EBITDA foi de 6,2% no 4T13 e 8,6% no ano. Os principais motivos da redução são os mesmos que afetaram o lucro líquido.

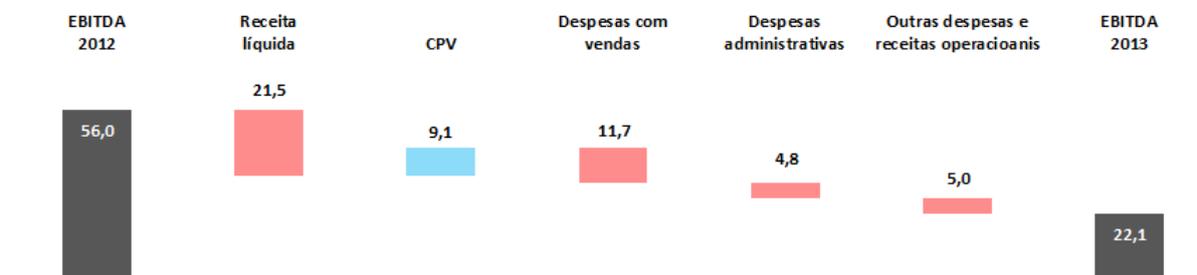
EBITDA	4T12	4T13	Δ	2012	2013	Δ
Lucro Líquido do Período	10.232	414	-96,0%	42.164	13.709	-67,5%
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	(433)	240	-155,4%	(14.782)	(1.702)	-88,5%
(-) Resultado Financeiro	1.846	(2.714)	-247,0%	9.192	1.553	-83,1%
(=) EBIT	8.819	2.888	-67,3%	47.754	13.858	-71,0%
(+) Depreciação e Amortização	(2.090)	(1.767)	-15,5%	(8.277)	(8.335)	0,7%
(=) EBITDA	10.909	4.655	-57,3%	56.031	22.193	-60,4%
Margem EBITDA	14,4%	6,2%	-8,2 p.p.	20,1%	8,6%	-11,5 p.p.

A seguir demonstramos a reconciliação do EBITDA 4T12 X 4T13⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

A seguir demonstramos a reconciliação do EBITDA 2012 X 2013⁽¹⁾:



⁽¹⁾ Em milhões.

Caixa Líquido

A Companhia apresenta em 31 de dezembro de 2013 saldo de caixa de R\$11,0 milhões, 51,9% menor do que no mesmo período do ano passado. No ano de 2013, a empresa liquidou dividendos e juros sobre o capital próprio referente ao exercício de 2012, no valor de R\$34,0 milhões, reduziu sua dívida líquida em R\$5,0 milhões e efetuou pagamento de R\$4,9 milhões referente ao Refis, além disso, efetuou adiantamento para investimento em CAPEX no valor de R\$6,8 milhões.

Caixa Líquido	31/12/2012	31/12/2013	Δ
Dívida de Curto Prazo	5.128	557	-89,1%
Dívida de Longo Prazo	557	-	-100,0%
Dívida Bruta	5.685	557	-90,2%
Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras	28.719	11.629	-59,5%
(Dívida Líquida)/Caixa excedente	23.034	11.072	-51,9%

Retorno sobre o Capital Investido (ROIC)

O ROIC líquido da Companhia nos últimos doze meses (UDM) concluídos no 4T13 foi de 6,1%, 11,2 p.p. inferior ao mesmo período do ano passado.

Retorno sobre o Capital Investido	2012	2013	Δ
EBIT (UDM)	47.754	13.858	-71,0%
Média do Ativo Operacional	203.713	204.615	0,4%
ROIC bruto	23,4%	6,8%	-16,6 p.p.
Taxa Efetiva IR + CSLL (UDM)	26,0%	11,0%	-15,0 p.p.
ROIC Líquido	17,3%	6,1%	-11,2 p.p.

Destinação do lucro do exercício

A proposta da Administração de distribuição dos lucros resultará em um *payout* de 45,2% do lucro líquido ajustado.

A Companhia realiza Assembleia Geral de Acionistas até o dia 30 de abril de cada ano, onde a destinação do resultado será submetida à aprovação. O Estatuto Social da Companhia determina a distribuição de 25% do Lucro Líquido, ajustado com as deduções e acréscimos previstos nos incisos II e III do Art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, aos acionistas como dividendo obrigatório.

O percentual de distribuição poderá ser superior ao previsto no Estatuto da Companhia, sendo analisado pela Administração, conforme política de dividendos e levando em consideração a disponibilidade de recursos em caixa e a necessidade de investimentos. Em 23 de dezembro de 2013, em Reunião do Conselho de Administração foi declarada a distribuição de juros sobre o capital próprio pela Companhia, relativo ao exercício de 2013, no valor bruto de R\$6.502.897,43 (seis milhões, quinhentos e dois mil, oitocentos e noventa e sete reais e quarenta e três centavos) correspondentes a R\$ 0,09840 por ação e líquido de R\$5.888.948,02 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e oito mil, novecentos e quarenta e oito reais e dois centavos) correspondentes a R\$ 0,08911 por ação. O pagamento será efetuado em data a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária de 2014.

Na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 25 de março de 2014, foi aprovada a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2013 a ser submetida para aprovação da Assembleia Geral Ordinária de 2014, conforme detalhado no quadro abaixo:

Proposta de destinação do lucro líquido do exercício	2013 em reais
Lucro líquido do período	13.709.360,15
Reserva legal (5%)	(685.468,01)
Lucro líquido ajustado	13.023.892,14
Dividendo mínimo obrigatório	3.255.973,04
Destinação proposta	
Juros sobre o capital próprio	6.502.897,43
Retenção de lucros para reserva estatutária	6.520.994,71
Total	13.023.892,14

Distribuição	
Juros sobre o capital próprio ⁽¹⁾	5.888.948,02
Percentual de distribuição	45,2%

⁽¹⁾ Líquido de imposto de renda retido na fonte

Orçamento de capital

A Companhia está apresentando na tabela abaixo, orçamento de capital para o exercício de 2014, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

As projeções e perspectivas de negócios apresentadas no orçamento de capital propostos, envolvem riscos, incertezas e premissas, portanto, dependem de circunstâncias que podem ou não ocorrer. Condições econômicas gerais, da indústria e outros fatores operacionais, podem afetar os montantes previstos de alocação em ativos fixos.

Para dar viabilidade financeira aos investimentos previstos no plano de expansão da Companhia, a Administração está propondo a retenção de 47,57% do lucro líquido do exercício de 2013, no montante de R\$6.521 mil, totalizando na conta da Reserva de Lucros para Investimentos e Expansão em 31 de dezembro de 2013 R\$11.518 mil.

Fontes de financiamento	R\$ mil
Lucros Retidos em Reservas de Lucros para Expansão	11.518
Recursos próprios (gerados com atividade operacional durante o exercício)	1.867
Total das fontes de financiamento	13.385
Orçamento de capital - Aplicação de recursos	2014 Projeção
Ativo imobilizado	(13.385)
Máquinas e equipamentos	(8.113)
Equipamentos e programas de informática	(2.944)
Benfeitorias	(1.180)
Outros	(1.148)
Total de aplicação de recursos	(13.385)

A Administração da Companhia entende como necessária a manutenção das Reservas de Lucros para Expansão nos níveis atuais, incorporadas as retenções de lucros auferidos no exercício de 2013, às quais serão acrescidas à geração operacional de caixa do exercício de 2014 para dar suporte ao plano de expansão que será implementado ao longo do exercício.

Responsabilidade e projetos sociais e de proteção ao meio ambiente

A Unicasa segue toda a legislação ambiental aplicável ao seu segmento industrial. A seguir elencamos as práticas utilizadas que visam à proteção ambiental:

- Segregação e destinação de resíduos sólidos gerados no processo fabril;
- Tratamento de efluentes líquidos industriais;
- Reaproveitamento de 100% da água utilizada em nossas fábricas;
- Reaproveitamento dos coprodutos gerados no processo produtivo, tais como a serragem, a madeira, o plástico e o papelão, que são utilizados por outros setores da economia;
- Substituição do óleo diesel pelo GLP (gás liquefeito de petróleo);
- Utilização de embalagens feitas com plásticos recicláveis para transporte dos móveis por nós produzidos;
- Utilização de matéria prima adquirida apenas de empresas que adotam um regime de manejo economicamente viável, ecologicamente correto e socialmente justo, certificadas pela ISO 14001, que garante que os impactos gerados pelas atividades são controlados, e, ainda, se comprometem a utilizar madeira proveniente de plantações florestais certificadas, próprias ou de terceiros, ou adquiridas de fontes controladas, seguindo os princípios e critérios do FSC (Forest Stewardship Council). Essa madeira é empregada na produção de painéis de madeira reconstituída, podendo ser destinada à produção de energia;
- Sistema de Controle de Poluição Atmosférica

Audidores Independentes

Atendendo ao disposto no artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Companhia informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. (“Ernst”) prestou os seguintes serviços:

- Auditoria completa realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) e IFRS (consolidado) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e revisões das Informações Trimestrais da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2013, com honorários totais de R\$156.970,00. Data contratação: 25/04/2013, prazo final: 24/04/2014;
- Serviço de tradução das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (individual e consolidado) e IFRS (consolidado) da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e das Informações Trimestrais da Companhia de 31 de março, de 30 de junho e 30 de setembro de 2013, com honorários totais de R\$7.030,00, representando 4,5% dos honorários do serviço de auditoria das demonstrações financeiras. Data da contratação: 25/04/2013, prazo final: 24/04/2014;
- Revisão dos laudos de avaliação do valor de mercado dos direitos de uso de loja (“luvas”), adquiridos pela Companhia, preparado por empresa especializada, com honorários totais de R\$12.250,00, representando 7,8% dos honorários do serviço de auditoria das demonstrações financeiras;
- Assessoria tributária na revisão do impacto fiscal nas operações realizadas pela Companhia na constituição da Unidade Comercial (Unicasa Comércio de Móveis Ltda.) e análise de conformidade tributária dos procedimentos adotados com o disposto nas legislações estaduais, federais e jurisprudência judicial e administrativa, com avaliação de eventuais riscos relativos a presente operação, com honorários exclusivamente baseados em horas efetivamente trabalhadas, multiplicadas pela taxa média de R\$250,00, com honorários totais em 2013 de R\$12.000,00, representando 7,6% dos honorários do serviço de auditoria das demonstrações financeiras. Data da contratação: 20/05/2013, prazo final: 19/05/2014.

A política da Empresa na contratação de eventuais serviços não relacionados à auditoria externa junto ao auditor independente fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor, quais sejam: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Companhia declara que recebeu carta da Ernst sobre os serviços por eles prestados à Companhia, atestando que eles não comprometem a independência da Ernst na prestação do serviço de auditoria externa à Companhia.

Declaração dos diretores

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Demonstrações Financeiras

Unicasa Indústria de Móveis S.A.

Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com relatório dos auditores independentes.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2013 e 2012

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras..... 1

Demonstrações Financeiras

Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado.....	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Demonstrações do valor adicionado.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Unicasa Indústria de Móveis S.A.
Bento Gonçalves - RS

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unicasa Indústria de Móveis S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Unicasa Indústria de Móveis S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Unicasa Indústria de Móveis S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 10 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/F/RS

Américo F. Ferreira Neto
Contador CRC-1SP192685/O-9

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Balanços patrimoniais
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013
Ativo				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	5	64.308	77.732	65.342
Estoques	6	21.875	19.296	23.304
Adiantamentos e antecipações		1.449	1.038	1.559
Empréstimos concedidos	8	1.287	1.971	1.287
Despesas antecipadas		2.361	1.868	2.386
Impostos a recuperar		6.220	3.104	6.230
Outros ativos	12	2.612	2.377	2.648
Total do ativo circulante		111.428	136.105	114.385
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber de clientes	5	9.369	15.476	9.369
Empréstimos concedidos	8	2.387	5.547	2.387
Ativo mantido para venda	7	12.668	8.848	12.668
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	6.489	6.734	9.481
Impostos a recuperar		18	25	18
Despesas antecipadas		88	251	88
Depósitos judiciais	16	3.555	2.140	3.555
Outros ativos	12	1.975	2.004	1.975
		36.549	41.025	39.541
Investimentos	9	784	404	82
Imobilizado	10	80.119	78.373	81.758
Intangível	11	21.117	18.312	21.120
		102.020	97.089	102.960
Total do ativo não circulante		138.569	138.114	142.501
Total do ativo		249.997	274.219	256.886

	Nota	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	557	5.128	557
Fornecedores	14	6.245	6.698	6.311
Obrigações tributárias		4.196	4.961	4.636
Juros sobre o capital próprio a pagar	17.c	5.889	7.990	5.889
Salários e encargos sociais		4.826	4.507	5.983
Adiantamentos de clientes		16.840	14.002	22.037
Dividendos obrigatórios a distribuir	17.c	-	2.024	-
Outros passivos circulantes		985	1.057	1.014
Total do passivo circulante		39.538	46.367	46.427
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	13	-	557	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	16	5.156	5.165	5.156
Total do passivo não circulante		5.156	5.722	5.156
Patrimônio líquido				
Capital social	17	187.709	187.709	187.709
Reservas de capital		(2.658)	(2.658)	(2.658)
Reservas de lucros		20.252	13.045	20.252
Dividendos adicionais propostos		-	24.034	-
Total do patrimônio líquido		205.303	222.130	205.303
Total do passivo e patrimônio líquido		249.997	274.219	256.886

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2013	2012	2013
Receita líquida de vendas	22	256.706	279.441	257.919
Custo dos produtos vendidos		(156.159)	(163.972)	(154.868)
Lucro bruto		100.547	115.469	103.051
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas com vendas		(61.868)	(57.422)	(69.148)
Despesas administrativas		(19.830)	(19.637)	(24.395)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	4.020	9.344	4.350
Resultado de equivalência patrimonial	9	(6.098)	-	-
		(83.776)	(67.715)	(89.193)
Lucro antes do resultado financeiro		16.771	47.754	13.858
Resultado Financeiro				
Despesas financeiras	20	(8.423)	(3.075)	(8.505)
Receitas financeiras	20	10.055	12.267	10.058
		1.632	9.192	1.553
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		18.403	56.946	15.411
Imposto de renda e contribuição social				
Correntes	15	(4.449)	(15.719)	(4.449)
Diferidos		(245)	937	2.747
		(4.694)	(14.782)	(1.702)
Lucro líquido do exercício		13.709	42.164	13.709
Lucro líquido por ação, básico e diluído (R\$)	18	0,21	0,67	0,21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Lucro líquido do exercício	13.709	42.164	13.709
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total de resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	13.709	42.164	13.709

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros				Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
	Capital realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	29.699	-	5.939	-	160.101	-	195.739
Aumento de capital (Nota 17.a)	158.010	-	-	-	(30.101)	-	127.909
Gastos com emissão de ações (Nota 17.b)	-	(2.658)	-	-	-	-	(2.658)
Dividendos distribuídos (Nota 17.c)	-	-	-	-	(130.000)	-	(130.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	42.164	42.164
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	(9.000)	(9.000)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(2.024)	(2.024)
Dividendos adicionais propostos (Nota 17.c)	-	-	-	-	24.034	(24.034)	-
Retenção de lucros (Nota 17.b)	-	-	2.109	4.997	-	(7.106)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	187.709	(2.658)	8.048	4.997	24.034	-	222.130
Dividendos distribuídos (Nota 17.c)	-	-	-	-	(24.034)	-	(24.034)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	13.709	13.709
Destinação do lucro:							
Juros sobre o capital próprio (Nota 17.c)	-	-	-	-	-	(6.502)	(6.502)
Retenção de lucros (Nota 17.b)	-	-	686	6.521	-	(7.207)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	187.709	(2.658)	8.734	11.518	-	-	205.303

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	18.403	56.946	15.411
Ajuste para conciliar o resultado às disponibilidades:			
Depreciação e amortização	8.286	8.277	8.335
Variação cambial – clientes	(87)	73	(87)
Variação cambial – fornecedores de bens	(57)	(15)	(57)
Apropriação juros	259	547	259
Provisão para riscos trabalhistas, tributários, cíveis	(9)	1.776	(9)
Provisão para obsolescência	(27)	(694)	(27)
Provisão para devedores duvidosos	3.420	4.123	3.420
Provisão para perdas com avais	-	2.468	-
Baixas do ativo imobilizado	442	122	442
Resultado de equivalência patrimonial	6.098	-	-
	36.728	73.623	27.687
Variação nos ativos e passivos:			
Contas a receber de clientes	12.987	(369)	11.953
Estoques	(2.552)	3.542	(3.981)
Impostos a recuperar	1.591	(178)	1.581
Aplicações financeiras vinculadas	-	323	-
Empréstimos concedidos	3.844	3.184	3.844
Despesas antecipadas	(330)	4.081	(355)
Depósitos judiciais	(1.415)	(721)	(1.415)
Outros ativos circulantes e não circulantes	(616)	(4.444)	(762)
Ativos não circulantes mantidos para venda	(3.820)	(2.097)	(3.820)
Fornecedores	497	(784)	563
Adiantamento de clientes	2.838	(267)	8.035
Obrigações tributárias	(1.379)	(2.831)	(939)
Outros passivos circulantes e não circulantes	247	(49)	1.433
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(9.149)	(26.395)	(9.149)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	39.471	46.618	34.675
Fluxo de caixa das atividades de investimento:			
Em investimentos	(6.800)	-	-
Em imobilizado	(10.106)	(11.205)	(11.794)
Em intangível	(533)	(3.137)	(536)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(17.439)	(14.342)	(12.330)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital – emissão de ações	-	127.909	-
Gastos com emissão ações	-	(4.027)	-
Pagamentos de empréstimos	(5.387)	(1.665)	(5.387)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	(7.990)	(7.905)	(7.990)
Dividendos pagos	(26.058)	(130.000)	(26.058)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(39.435)	(15.688)	(39.435)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(17.403)	16.588	(17.090)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	28.719	12.131	28.719
No final do exercício	11.316	28.719	11.629
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(17.403)	16.588	(17.090)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

Demonstrações do valor adicionado
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
 (Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Receita de vendas produtos, líquido de devoluções e ajuste a valor presente	335.831	357.958	338.337
Outras receitas	3.773	8.955	4.103
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(3.420)	(4.123)	(3.420)
	336.184	362.790	339.020
Insumos adquiridos de terceiros			
Custo dos produtos, mercadorias vendidas	(163.567)	(174.153)	(163.024)
Materiais, energia, serviços de terceiros	(47.122)	(41.619)	(49.595)
Outros	(9.586)	(14.448)	(9.630)
	(220.275)	(230.220)	(222.249)
Valor adicionado bruto	115.909	132.570	116.771
Depreciação e amortização	(8.286)	(8.277)	(8.335)
Valor adicionado bruto produzido pela entidade	107.623	124.293	108.436
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(6.098)	-	-
Receitas financeiras	10.055	12.267	10.058
	3.957	12.267	10.058
Valor adicionado total a distribuir	111.580	136.560	118.494
Pessoal			
Remuneração direta	31.705	27.597	37.889
Benefícios	3.547	5.251	3.949
FGTS	2.734	2.017	3.289
	37.986	34.865	45.127
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	28.257	34.121	25.998
Estaduais	19.723	21.830	20.071
Municipais	96	61	126
	48.076	56.012	46.195
Remuneração de capitais de terceiros			
Aluguéis	3.589	444	5.161
Juros	259	547	259
Outros	7.961	2.528	8.043
	11.809	3.519	13.463
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos e juros sobre o capital próprio	6.502	35.058	6.502
Lucros retidos	7.207	7.106	7.207
	13.709	42.164	13.709
Valor adicionado total distribuído	111.580	136.560	118.494

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A Unicasa Indústria de Móveis S.A. (“Companhia”), fundada no ano de 1985 tem como objeto social a industrialização, o comércio, a importação e exportação de produtos relacionados ao ramo de mobiliário de madeira, ferro, aço e alumínio, cozinhas e outros artigos relacionados ao mobiliário doméstico e comercial.

A Companhia é uma sociedade de capital aberto, com sede na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&F Bovespa S.A., sob código UCAS3 desde 27 de abril de 2012.

A Companhia possui uma ampla rede de lojas de vendas exclusivas e multimarcas no Brasil e no exterior que comercializam os produtos das marcas “Dell Anno”, “Favorita”, “New”, “Telasul Modulados” e “Casa Brasileira”.

Nosso moderno parque fabril conta com tecnologia de última geração, onde desenvolve, fabrica, distribui e comercializa os móveis e demais produtos, destinados a todos os tipos de ambientes residenciais e comerciais, atingindo todos os segmentos de consumo.

A controlada da Companhia, incluída nas demonstrações financeiras consolidadas é a seguinte:

Unicasa Comércio de Móveis Ltda.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. foi constituída em 08 de outubro de 2012, tem por objeto o comércio varejista de móveis planejados, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo e Manaus. As operações da Unicasa Comércio de Móveis Ltda. tiveram início em abril de 2013.

2. Sumário das políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), bem como de acordo com os *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As demonstrações financeiras da Companhia (controladora e consolidado) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 05 de março de 2014.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e julgamentos da Administração da Companhia, sendo as mais relevantes aquelas divulgadas na Nota 3.

A Companhia revisou e adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo IASB e pelo CPC que são efetivas para as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.2 Base de consolidação

A controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é integralmente consolidada a partir da data de constituição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continua a ser consolidada até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras da controlada são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da Controladora, utilizando políticas contábeis uniformes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

2.3 Investimentos em controladas

O investimento em controlada é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da Controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da Controladora como equivalência patrimonial, representando o resultado líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da Controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da Controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da Controladora.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.4 Reconhecimento de receita -- Continuação

Receita financeira

Para todos os instrumentos financeiros avaliados aos seus custos amortizados e ativos financeiros que rendem juros classificados como mantidos até o vencimento, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.5 Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Todas as variações são registradas na demonstração do resultado.

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até três meses das datas de contratação e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. As contas a receber de clientes de mercado externo estão atualizadas conforme divulgado na Nota 2.5.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, estão classificados no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante.

A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- (i) **Matérias primas** - custo de aquisição segundo o custo médio.
- (ii) **Produtos acabados e em elaboração** - custo dos materiais e mão de obra direta e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

2.9 Ativos não circulantes mantidos para venda

Os grupos de ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo, deduzido dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual. A Administração deve estar comprometida com a venda.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. As depreciações dos bens são calculadas pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 10 e levam em consideração o tempo de vida útil estimada desses bens. O imobilizado está líquido de créditos de PIS/COFINS e ICMS e a contrapartida está registrada como impostos a recuperar. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo, calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo, são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

Os custos de manutenção e reparos são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.11 Ativos intangíveis

Está representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no exercício que for incorrido.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2013 não foram identificados fatores de riscos e, conseqüentemente, nenhuma provisão para perda ao valor recuperável de ativo se fez necessária.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de curto e de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, quando o efeito é considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, apenas as transações de contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes foram consideradas materiais e ajustadas a seu valor presente. Não há outros ativos ou passivos de curto ou longo prazo que requeiram ajuste a seu valor presente.

O cálculo do ajuste a valor presente é efetuado com base em taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Para as transações a prazo a Companhia utiliza as variações da taxa Selic, visto que é a taxa de referência utilizada em transações a prazo. O ajuste a valor presente das contas a receber se dá em contrapartida da receita bruta no resultado e a diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face de faturamento é considerada como receita financeira e será apropriada pelo método do custo amortizado.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto quando:

- os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.15 Tributação -- Continuação

Impostos sobre vendas -- Continuação

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 17,00%
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados (*)	5,00% a 10,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social	1,00%

* O Governo Federal através dos Decretos n.º 7.705, 7.770, 7.796 e 7.879, para o período de 26 de março de 2012 a 31 de janeiro de 2013, reduziu a zero a alíquota do IPI. E através dos Decretos n.º 7.879, 8.035 e 8.116 firmou em 2013, respectivamente, as alíquotas de IPI de 2,5% de 1 de fevereiro a 30 de junho, 3% de 1 de julho a 30 de setembro e 3,5% de 1 de outubro a 31 de dezembro.

A receita de vendas é apresentada na demonstração do resultado do exercício líquida destes tributos. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são contabilizados deduzindo o custo dos produtos vendidos.

Imposto de renda e contribuição social correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, exceto quando o imposto diferido ativo ou passivo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data de balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos são reconhecidos no ativo ou passivo não circulante e são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia, incluem em adição a remuneração fixa (salários e contribuições à seguridade social, férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação no resultado, plano de saúde, auxílio escolar e assistência médica. Estes benefícios são registrados no resultado do período quando a Companhia tem com base em regime de competência à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação, básico e diluído, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

2.18 Demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 R2 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC. A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) foi elaborada de acordo com o CPC 09.

2.19 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos a clientes. Esses ativos foram classificados na categoria de empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos. Estes instrumentos são classificados como empréstimos e financiamentos e mensurados ao custo amortizado.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: a valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e empréstimos e financiamentos.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.19 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente -- Continuação

Mensuração subsequente -- Continuação

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Informação por segmento

As operações da Companhia são o desenvolvimento, industrialização, comercialização e prestação de serviços de móveis modulados e planejados para o mercado interno e externo, sendo organizadas em um único segmento operacional. Embora os produtos sejam comercializados por canais de venda específicos, conforme sua categoria, a Companhia gerencia e controla seus produtos de forma integrada e os seus resultados operacionais são acompanhados, monitorados e avaliados também de forma integrada.

2.21 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2. Sumário das políticas contábeis -- Continuação

2.22 Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2013

Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

IAS 32 Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros - Revisões da IAS 32

Essas alterações esclarecem o significado da expressão “atualmente tem um direito legalmente exigível de compensar”. As alterações também esclarecem a aplicação dos critérios de compensação da IAS 32 para sistemas de liquidação (como, por exemplo, sistemas de central de compensação), que aplicam mecanismos de liquidação pelo valor bruto que não são simultâneos. Não se espera que essas alterações causem impacto sobre a posição financeira e desempenho da Companhia e se aplicam a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2014.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração

A IFRS 9, conforme emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB sobre a substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e mensuração de ativos financeiros e passivos financeiros, conforme definido na IAS 39. A norma inicialmente se aplicava a exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, contudo as *Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures* (Alterações da IFRS 9 Data de Vigor Obrigatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição), emitidas em dezembro de 2011, alteraram a data de aplicação para 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB abordará contabilidade de hedge e perda de valor recuperável de ativos financeiros. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir:

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como: prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos: Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dada a natureza e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Caixa e bancos	396	1.728	709
Aplicações financeiras			
Certificados de depósito bancário – CDBs	10.920	26.991	10.920
	11.316	28.719	11.629

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras são efetuadas em bancos de primeira linha (assim compreendido entre as 10 maiores instituições do país), cujos rendimentos são atrelados ao Certificado de Depósito Interbancário – CDI (aproximadamente 101,7% do CDI).

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
No mercado nacional			
de terceiros	72.819	95.071	74.755
de partes relacionadas (Nota 21)	1.002	135	20
No mercado externo			
de terceiros	3.985	3.723	3.985
Cheques a receber	9.488	5.302	9.568
	87.294	104.231	88.328
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(11.726)	(8.306)	(11.726)
(-) Ajuste a valor presente – AVP	(1.891)	(2.717)	(1.891)
	73.677	93.208	74.711
Ativo circulante	64.308	77.732	65.342
Não circulante	9.369	15.476	9.369
	73.677	93.208	74.711

Os prazos médios de recebimento em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram de 45 e 46 dias, respectivamente.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	(8.306)	(5.069)	(8.306)
Adições	(4.255)	(12.341)	(4.255)
Recuperações / realizações	624	7.011	624
Baixa por incobráveis	211	2.093	211
Saldo no final do exercício	(11.726)	(8.306)	(11.726)

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a análise do saldo de contas a receber de clientes por vencimento é a seguinte:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
A vencer	63.717	91.603	63.405
Vencidos:			
De 1 a 30 dias	3.906	2.538	4.293
De 31 a 60 dias	1.974	1.295	2.310
De 61 a 90 dias	1.275	1.835	1.663
De 91 a 180 dias	2.920	3.472	3.115
Acima de 181 dias	13.502	3.488	13.542
	87.294	104.231	88.328

6. Estoques

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Produtos prontos	86	17	1.473
Produtos em elaboração	3.224	2.834	3.224
Mercadorias para revenda	314	417	356
Matérias primas	14.804	12.495	14.804
Materiais de embalagem	277	185	277
Materiais intermediários	2.026	2.044	2.026
Adiantamento a fornecedores	256	488	256
Materiais diversos	1.234	1.189	1.234
Provisão para obsolescência	(346)	(373)	(346)
	21.875	19.296	23.304

A movimentação da provisão para obsolescência está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	(373)	(1.067)	(373)
Adições	(912)	(808)	(912)
Recuperações / realizações	939	1.502	939
Saldo no final do exercício	(346)	(373)	(346)

7. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de dezembro de 2013, o saldo de R\$12.668 (31 de dezembro de 2012 R\$8.848) está composto substancialmente por terrenos, apartamentos e outros bens imóveis recebidos em negociações de dívidas de clientes e estão disponíveis para venda imediata. A Companhia contratou corretores especializados em vendas de imóveis e acredita que no curto prazo poderá realizar a venda destes bens. Os ativos são mantidos pelo seu valor contábil, sendo inferiores aos seus valores justos, deduzidos das despesas de venda.

8. Empréstimos concedidos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Empréstimos concedidos	4.045	7.790	4.045
(-) Ajuste a valor presente - AVP	(371)	(272)	(371)
	3.674	7.518	3.674
Ativo circulante	1.287	1.971	1.287
Ativo não circulante	2.387	5.547	2.387
	3.674	7.518	3.674

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia a clientes com o objetivo de financiar a expansão da rede de lojas de vendas autorizadas e exclusivas. Os empréstimos têm remuneração média de 8,76% ao ano. Em garantia destas operações a Companhia possui cartas de fiança dos sócios das lojas, bem como garantias hipotecárias em primeiro grau.

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	702	-	-
Outros investimentos	82	404	82
	784	404	82

Os principais saldos da controlada são os seguintes:

	Unicasa Comércio de Móveis Ltda.		
	2013	2012	
Ativo circulante	4.247	-	-
Ativo não circulante	4.634	-	-
Passivo circulante	7.890	-	-
Patrimônio líquido	991	-	-
Capital social	6.800	-	-
Receita líquida	4.643	-	-
Resultado do exercício	(5.809)	-	-
% Participação	99,99%	-	-
Investimento	991	-	-
Resultado de equivalência patrimonial (*)	(6.098)	-	-

* Exclui lucros não realizados nos estoques, no valor de R\$289.

A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	404	704	404
Integralização de capital	100	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.700	-	-
Equivalência patrimonial	(6.098)	-	-
Transferência para Intangível	(322)	(300)	(322)
Saldo no final do exercício	784	404	82

10. Imobilizado

Controladora

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2012	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937
Aquisições	-	119	270	69	1.011	-	446	475	885	6.158	9.433
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(392)	(142)	(58)	-	(622)
Transferências	-	1.067	2.597	490	661	-	-	-	(3.342)	(1.473)	-
Saldos em 2013	1.378	20.435	6.192	4.726	85.575	120	2.483	4.806	597	5.436	131.748

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos em 2012	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)
Depreciações	-	(610)	(197)	(366)	(5.452)	(15)	(202)	(403)	-	-	(7.245)
Baixas	-	-	-	-	18	-	52	110	-	-	180
Saldos em 2013	-	(5.485)	(816)	(1.068)	(39.561)	(62)	(1.118)	(3.519)	-	-	(51.629)

Imobilizado líquido

Saldos em 2012	1.378	14.374	2.706	3.465	49.806	73	1.461	1.247	3.112	751	78.373
Saldos em 2013	1.378	14.950	5.376	3.658	46.014	58	1.365	1.287	597	5.436	80.119

Consolidado

Custo do imobilizado	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos iniciais	1.378	19.249	3.325	4.167	83.933	120	2.429	4.473	3.112	751	122.937
Aquisições	-	119	400	139	1.032	-	1.087	697	885	6.762	11.121
Baixas	-	-	-	-	(30)	-	(392)	(142)	(58)	-	(622)
Transferências	-	1.067	2.727	490	661	-	19	14	(3.342)	(1.636)	-
Saldos em 2013	1.378	20.435	6.452	4.796	85.596	120	3.143	5.042	597	5.877	133.436

Depreciação acumulada	Terrenos	Edificações	Benfeitorias	Instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizado em andamento	Adiantamentos	Total
Saldos iniciais	-	(4.875)	(619)	(702)	(34.127)	(47)	(968)	(3.226)	-	-	(44.564)
Depreciações	-	(610)	(208)	(369)	(5.452)	(15)	(224)	(416)	-	-	(7.294)
Baixas	-	-	-	-	18	-	52	110	-	-	180
Saldos em 2013	-	(5.485)	(827)	(1.071)	(39.561)	(62)	(1.140)	(3.532)	-	-	(51.678)

Imobilizado líquido

Saldo em 2013	1.378	14.950	5.625	3.725	46.035	58	2.003	1.510	597	5.877	81.758
---------------	-------	--------	-------	-------	--------	----	-------	-------	-----	-------	--------

Os desembolsos de caixas com aquisição de ativo imobilizado estão demonstrados abaixo:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Aquisições efetuadas e liquidadas no exercício	9.433	10.547	11.121
Aquisições de imobilizado a prazo, realizadas no exercício anterior e liquidadas no exercício corrente	950	943	950
Efeito não caixa de variação cambial sobre liquidações de aquisições a prazo	(57)	(15)	(57)
Aquisições que não afetaram caixa (Nota 27)	(220)	(270)	(220)
	10.106	11.205	11.794

10. Imobilizado -- Continuação

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos. Em seu processo de revisão anual da vida útil do ativo imobilizado, a Companhia contratou uma empresa especializada em avaliações. Como resultado da avaliação feita pela empresa contratada, a vida útil média ponderada das classes de imobilizado pode ser assim resumida:

	Média ponderada de vida útil – nova (em anos)	Média ponderada de vida útil - anterior (em anos)
Edificações	77,99	25
Benfeitorias	37,83	25
Instalações	21,10	10
Máquinas e equipamentos	18,69	10
Veículos	16,43	5
Móveis e utensílios	15,18	10
Equipamentos de informática	7,44	5

Esta alteração resultou na redução da despesa de depreciação do exercício de 2013 no valor de R\$ 1.600 quando comparada com a despesa de 2012.

11. Intangível

Controladora

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos em 2012	669	107	17.536	18.312
Aquisições	533	-	2.991	3.524
Transferência de investimentos	-	-	322	322
Amortização	(265)	(17)	(759)	(1.041)
Saldos em 2013	937	90	20.090	21.117

Consolidado

	Software	Marcas e patentes	Fundo de comércio	Total
Saldos iniciais	669	107	17.536	18.312
Aquisições	536	-	2.991	3.527
Transferência de investimentos	-	-	322	322
Amortização	(265)	(17)	(759)	(1.041)
Saldos em 2013	940	90	20.090	21.120

A Companhia mantém o ativo intangível pelo custo de aquisição.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos intangíveis. Baseado no procedimento anual de revisão da vida útil de seus ativos intangíveis, a Companhia alterou a vida útil dos intangíveis conforme demonstrado no quadro abaixo:

	Média ponderada de vida útil – nova (em anos)	Média ponderada de vida útil - anterior (em anos)
Software	5,78	5
Marcas e patentes	12,88	10
Fundo de comércio	9,26	Indeterminada

11. Intangível -- Continuação

Fundo de comércio

De acordo com a análise inicial da Administração da Companhia, realizada em dezembro de 2012, e em sua intenção de permanência nestes pontos, não seria possível estimar um período de tempo pelo qual a Companhia permaneceria nestes locais, até a realização da sua revisão anual da vida útil de seus ativos programada para acontecer em 2013. A expectativa inicial da Companhia é que o negócio de lojas próprias perpetue. Dessa forma, a Companhia tratou estes ativos intangíveis como sendo de vida útil indefinida durante o ano de 2012 e até a realização da sua revisão anual da vida útil de seus ativos realizada no terceiro trimestre de 2013.

Baseado no procedimento anual de revisão da vida útil de seus fundos de comércio e fruto de uma maior experiência na gestão de lojas próprias, a Companhia determinou a nova vida útil destes ativos e passou a amortizá-los. A Administração da Companhia concluiu que a vida útil deste intangível está diretamente relacionada aos prazos acordados nos contratos de locação dos imóveis para os quais a Companhia adquiriu tais fundos de comércio.

A Companhia adquiriu, no primeiro trimestre de 2013, um novo fundo de comércio junto a um de seus principais clientes, no montante de R\$ 2.991. Esta transação foi quitada mediante compensação de saldos de contas a receber desse cliente, existente na data.

Teste de perda por redução do valor recuperável

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, visto que o valor justo líquido das despesas de venda é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação. Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia avaliou a existência de fatores que pudessem impactar o valor de seus ativos e não constatou indicativos de que os mesmos possam ter sofrido desvalorização.

Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia, por não atenderem aos critérios de capitalização, foram reconhecidos no resultado do exercício no montante de R\$ 4.787 na Controladora e no Consolidado (R\$ 3.251 em 31 de dezembro de 2012).

12. Outros ativos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Recuperação de despesas (a)	2.157	2.044	2.193
Créditos a recuperar (b)	4.233	4.333	4.233
Outros (c)	665	472	665
(-) Provisão para perdas com créditos a recuperar (b)	(2.468)	(2.468)	(2.468)
Total	4.587	4.381	4.623
Ativo circulante	2.612	2.377	2.648
Ativo não circulante	1.975	2.004	1.975
	4.587	4.381	4.623

- (a) Refere-se, principalmente, a gastos realizados pela Companhia para veiculação de campanhas de marketing, os quais são reembolsados pelos lojistas exclusivos no prazo médio aproximado de seis meses.
- (b) Refere-se a créditos a receber junto a revendedores exclusivos oriundo de aval concedido no passado e a contratos renegociados. O saldo líquido, após as provisões, a receber em 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.765.
- (c) Substancialmente formado por valores a receber de instituições financeiras conforme Nota 19.

13. Empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros	Vencimento final	Controladora		Consolidado
			2013	2012	2013
Financiamento de imobilizado					
Banco Votorantim	9% a.a.	15/06/2014	557	1.672	557
Financiamento de exportação					
Banco Santander – BNDES	9% a.a.	15/06/2013	-	4.013	-
			<u>557</u>	<u>5.685</u>	<u>557</u>
Passivo circulante			557	5.128	557
Passivo não circulante			-	557	-
			<u>557</u>	<u>5.685</u>	<u>557</u>

Em garantia aos empréstimos e financiamentos foram concedidos avais dos acionistas controladores.

Os empréstimos e financiamentos firmados pela Companhia não tem cláusulas restritivas (“covenants”).

14. Fornecedores

A composição do saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
No mercado nacional			
Insumos			
De terceiros	4.482	4.589	4.498
Materiais diversos	561	526	567
Serviços	1.202	633	1.246
	<u>6.245</u>	<u>5.748</u>	<u>6.311</u>
No mercado externo			
Imobilizado	-	950	-
Total mercado nacional e externo	<u>6.245</u>	<u>6.698</u>	<u>6.311</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

MP 627 e IN RFB 1.397

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT.

A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

Valores lançados ao resultado

A composição da despesa de imposto de renda e contribuição social nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se resumida a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes:			
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(4.449)	(15.719)	(4.449)
Imposto de renda e contribuição social diferidos:			
Relativos à constituição e reversão de diferenças temporárias	(245)	2.306	2.747
Relativos ao crédito fiscal sobre gastos com emissão de ações, referentes ao processo de abertura de capital	-	(1.369)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentados na demonstração do resultado	(4.694)	(14.782)	(1.702)

15. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Conciliação da despesa tributária com as alíquotas oficiais

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal local nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	2013		2012		2013	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes dos tributos	18.403	18.403	56.946	56.946	15.411	15.411
Imposto de renda e contribuição social à taxa nominal de 25% e 9%, respectivamente	(4.600)	(1.656)	(14.237)	(5.125)	(3.853)	(1.387)
Ajustes para demonstração da taxa efetiva:						
Juros sobre o capital próprio	1.626	585	2.250	810	1.626	585
Incentivos fiscais (inovação tecnológica)	957	345	650	234	957	345
Equivalência patrimonial	(1.525)	(549)	-	-	-	-
Outras exclusões/adições	58	(15)	508	56	(14)	(41)
Incentivos fiscais de dedução IRPJ (PAT)	56	-	48	-	56	-
Adicional de imposto de renda	24	-	24	-	24	-
Valor registrado no resultado	(3.404)	(1.290)	(10.757)	(4.025)	(1.204)	(498)
Total do IR e CSLL	(4.694)		(14.782)		(1.702)	
Alíquota efetiva	18%	7%	19%	7%	8%	3%

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos está descrita a seguir:

	Controladora				Consolidado	
	Balanco patrimonial		Resultado		Balanco patrimonial	Resultado
	2013	2012	2013	2012	2013	2013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.987	2.824	1.163	1.402	3.987	1.163
Provisão para ajuste dos estoques obsoletos	118	127	(9)	(236)	118	(9)
Provisão para perda com avais	839	839	-	839	839	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	1.753	1.756	(3)	604	1.753	(3)
Prejuízo fiscal	-	-	-	-	2.992	2.992
Ajuste a valor presente – AVP	769	1.016	(247)	(318)	769	(247)
Diferença entre depreciação fiscal e societária	(1.194)	-	(1.194)	-	(1.194)	(1.194)
Outras provisões e diferenças temporárias	217	172	45	15	217	45
	6.489	6.734	(245)	2.306	9.481	2.747

15. Imposto de renda e contribuição social -- Continuação

Créditos tributários

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura dos créditos tributários nos próximos anos, como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2013</u>
2014	862	862
2015	2.026	2.126
2016	401	664
2017	401	752
Acima de 2017	2.799	5.077
Total	<u>6.489</u>	<u>9.481</u>

16. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

I) Provisões

A Companhia consta como ré em certos processos de natureza trabalhista, tributária e cível. A perda estimada foi provisionada com base na opinião de seus assessores jurídicos, em montante considerado suficiente para cobrir perdas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 a provisão está assim composta:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Provisão para riscos trabalhistas	1.391	1.867	1.391
Provisão para riscos tributários	1.144	2.319	1.144
Provisão para riscos cíveis	2.621	979	2.621
	<u>5.156</u>	<u>5.165</u>	<u>5.156</u>

Trabalhistas – a Companhia é parte em processos trabalhistas relacionados, principalmente, reclamações de horas-extras, insalubridade e periculosidade, entre outros.

Tributário – a Companhia é parte em processos tributários, principalmente, referente a imposto de importação e INSS.

Cíveis – a Companhia é parte em processos cíveis envolvendo os lojistas e consumidores finais, sendo que neste último a Companhia é parte solidária.

A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Em 31 de dezembro de 2013, os processos cíveis com perda possível totalizavam R\$13.350, os trabalhistas R\$1.728 e os tributários R\$391.

16. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis -- Continuação

I) Provisões -- Continuação

Em dezembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei nº 11.941/09, cujo objetivo é regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento. O valor incluído no Refis refere-se a notificação relativa à compensação de créditos de IPI. A opção escolhida pela Companhia foi à quitação em uma única parcela em dezembro de 2013 no valor de R\$ 4.863, sendo o valor reconhecido no resultado do exercício no grupo de despesas administrativas em R\$ 2.697 (R\$ 2.158, valor líquido de provisões) conforme Nota 23 e despesas financeiras no valor R\$ 2.166 referente aos juros do processo conforme Nota 20.

A movimentação da provisão para contingências está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Saldo no início do exercício	5.165	3.389	5.165
Adições	5.660	3.802	5.660
Recuperações / realizações	(5.669)	(2.026)	(5.669)
Saldo no final do exercício	5.156	5.165	5.156

II) Depósitos judiciais

A Companhia mantém depósitos judiciais vinculados a diversos processos tributários, trabalhistas e cíveis, e estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Depósitos judiciais trabalhistas	416	105	416
Depósitos judiciais tributários	716	716	716
Depósitos judiciais cíveis	2.423	1.319	2.423
	3.555	2.140	3.555

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGOE) realizada no dia 24 de fevereiro de 2012, rratificada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada no dia 27 de fevereiro de 2012, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$ 30.101, mediante a capitalização de reserva de lucros e sem a emissão de novas ações, passando o capital social da Companhia, no valor de R\$29.699 em 31 de dezembro de 2011, para R\$59.800 em 31 de março de 2012.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2012 foi aprovado o desdobramento das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 10,3547337 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para cada 01 (uma) ação ordinária, nominativa e sem valor nominal existente, havendo um acréscimo de 51.450.100 ações, totalizando 56.950.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de março de 2012.

17. Patrimônio líquido -- Continuação

a) Capital social -- Continuação

Em 25 de abril de 2012 a Companhia obteve seu registro de Companhia de capital aberto. No contexto do processo de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações da Companhia, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 25 de abril de 2012, aprovou o aumento do capital social da Companhia em R\$127.909 mediante a emissão de 9.136.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, o qual foi totalmente integralizado com recursos oriundos da oferta pública de distribuição de ações da Companhia. O capital social da Companhia totaliza R\$187.709 em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, dividido em 66.086.364 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Ações ordinárias emitidas e totalmente integralizadas

	<u>Ações</u>	<u>Capital Social</u>
	<u>Em milhares</u>	<u>R\$</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2011	5.499	29.699
Integralização de capital em 27/02/2012	-	30.101
Desdobramento de ações em 30/03/2012	51.451	-
Emissão de ações em 25/04/2012	9.136	127.909
Saldo em 31 de dezembro de 2012	66.086	187.709
Saldo em 31 de dezembro de 2013	66.086	187.709

b) Reservas e retenção de lucros

Reserva de capital

Os custos de distribuição, atribuídos à Companhia, oriundos da oferta primária de ações totalizaram R\$4.027 (R\$2.658 líquidos dos efeitos tributários).

Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2013 o saldo da reserva é de R\$8.734 (R\$8.048 em 31 de dezembro de 2012).

Reserva para expansão

A Administração da companhia, com base em orçamento de capital, propôs para deliberação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2014, o complemento de Reserva de Lucros para Expansão no montante de R\$6.521, totalizando R\$ 11.518, conforme previsto no art. 34, item (e) do estatuto da Companhia, destinada a cobrir parte dos investimentos do plano de expansão. Conforme art. 199 da Lei 6.404/76 o saldo desta reserva não poderá ultrapassar o capital social da Companhia.

17. Patrimônio líquido -- Continuação

c) Dividendos e juros sobre capital próprio

Dividendos

De acordo com o estatuto social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 25% do lucro líquido ajustado do exercício, após constituições das reservas previstas em lei, sendo que a Companhia poderá imputar juros sobre o capital próprio à conta do dividendo mínimo obrigatório.

Demonstração dos dividendos e juros sobre capital próprio pago

No dia 29 de maio de 2013 a Companhia realizou o pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio no montante de R\$34.048, sendo R\$ 7.990 a título de juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte, R\$ 24.034 de dividendos adicionais e R\$ 2.024 a título de dividendos obrigatórios. Esses montantes foram aprovados em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 abril de 2013 e já haviam sido provisionados ou propostos em 31 de dezembro de 2012.

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 23 de dezembro de 2013, os membros do Conselho aprovaram a proposta de distribuição de dividendos realizada pela Administração da Companhia, no montante de R\$ 6.502 (R\$0,09840000 por ação) a título de juros sobre o capital próprio (R\$5.889 líquido dos efeitos de imposto de renda retido na fonte), com base na TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), calculada sobre o patrimônio líquido da Companhia até 31/12/2013. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15% exceto para acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em Países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa.

Os dividendos propostos foram calculados como segue:

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	13.709	42.164
Reserva legal (5%)	(686)	(2.109)
Lucro líquido ajustado	13.023	40.055
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	3.256	10.014
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio, líquido do imposto de renda retido na fonte	5.889	7.990
Dividendos adicionais	-	26.058
Total proposto para distribuição	5.889	34.048
Percentual do lucro ajustado distribuído	45,2%	85,0%
Dividendos distribuídos acima do mínimo	2.633	24.034
Dividendos acima do mínimo por ação	0,0398	0,3637

18. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito mediante a divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
• Lucro líquido do exercício	13.709	42.164	13.709
• Média ponderada de ações emitidas (em milhares)*	66.086	63.208	66.086
• Lucro por ação – básico e diluído (R\$)	0,21	0,67	0,21

* Considerando o desdobramento de ações aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2012.

Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de emissão destas demonstrações financeiras.

19. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas operacionais			
Perda com alienação do ativo imobilizado	(40)	(35)	(40)
	(40)	(35)	(40)
Receitas operacionais			
Ganho com alienação do ativo imobilizado	386	10	386
Prêmio bancário*	2.961	7.152	2.961
Outras receitas operacionais	713	2.217	1.043
	4.060	9.379	4.390
Outras receitas operacionais, líquido	4.020	9.344	4.350

* Refere-se a valores recebidos de instituição financeira por volume de financiamentos realizados através da rede de lojas atendidas pela Companhia, sendo a contra partida a conta de outros ativos.

20. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas financeiras			
Despesas com IOF e tarifas bancárias	(636)	(622)	(686)
Despesas de empréstimos e financiamentos	(259)	(547)	(259)
Despesas com variação cambial	(414)	(413)	(414)
Ajuste a valor presente – AVP	(365)	(342)	(365)
Descontos concedidos	(4.532)	(1.086)	(4.561)
Outras despesas financeiras(*)	(2.217)	(65)	(2.220)
	(8.423)	(3.075)	(8.505)
Receitas financeiras			
Juros recebidos	2.399	3.346	2.399
Descontos obtidos	153	516	156
Rendimentos de aplicações financeiras	1.858	2.487	1.858
Receitas com variação cambial	645	314	645
Ajuste a valor presente – AVP	4.533	5.033	4.533
Outras receitas financeiras	467	571	467
	10.055	12.267	10.058
Resultado financeiro líquido	1.632	9.192	1.553

*A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou a despesa financeira, na linha de “outras despesas financeiras” no valor R\$ 2.166 referente aos juros do processo.

21. Transações e saldos com partes relacionadas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia realizou as seguintes transações com as partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Ativo circulante			
Contas a receber			
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	982	-	-
Telasul S.A.	20	135	20
Total do ativo	1.002	135	20
Demonstração do resultado			
Vendas			
Outras partes relacionadas (*)	18	26	18
Unicasa Comércio de Móveis Ltda.	4.134	-	-
Telasul S.A.	566	502	566
	4.718	528	584
Compras			
Telasul S.A.	12.217	11.498	12.265
	12.217	11.498	12.265

(*) Operações com acionistas.

As operações envolvendo a Companhia e a parte relacionada Telasul S.A., referem-se a compras de insumos (portas de alumínio, perfis de alumínio e acessórios metálicos) utilizados em nosso processo produtivo para fabricação de móveis componíveis. Também a Unicasa efetua vendas para a Telasul S.A. de diversos produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros). As operações são efetuadas a preços de mercado e com um prazo médio aproximado de compra e venda de sete dias.

21. Transações e saldos com partes relacionadas -- Continuação

As operações envolvendo a Companhia e a controlada Unicasa Comércio de Móveis Ltda., referem-se a vendas de produtos acabados (mobiliário corporativo, móveis componíveis entre outros) com o objetivo de revenda para consumidores finais. As operações são efetuadas a preços de mercado e com prazo médio aproximado de pagamento de trinta dias.

A Companhia mantém leasing de uma aeronave. As despesas com esse arrendamento incluindo à manutenção e conservação da aeronave, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 totalizou R\$1.919 (R\$1.776 em 31 de dezembro de 2012), sendo totalmente reembolsada pelos acionistas pelo uso do equipamento.

Termos e condições de transação da Companhia

A Telasul S.A. é uma Empresa controlada pelos acionistas majoritários da Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

A Unicasa Comércio de Móveis Ltda. é controlada pela Companhia. Os saldos em aberto no encerramento do exercício não têm garantias e serão liquidados em dinheiro em prazos similares a operações com terceiros.

Não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Remuneração da Administração

A Companhia pagou aos seus administradores (Diretoria Estatutária e Conselho da Administração), remuneração no valor total de R\$2.799 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$2.555 em 31 de dezembro de 2012).

A Companhia não oferece a suas pessoas chaves benefícios de remuneração nas categorias de (i) benefício pós-emprego, (ii) benefício de longo prazo, (iii) benefício de rescisão de contrato de trabalho e (iv) remuneração baseada em ações.

22. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Receita bruta de vendas	342.141	367.072	344.647
IPI sobre vendas	(8.892)	(3.870)	(8.892)
ICMS substituição tributária (ST) sobre vendas	(27)	(28)	(27)
Receita bruta de vendas (-) IPI e ST sobre vendas	333.222	363.174	335.728
ICMS sobre vendas	(37.194)	(40.437)	(37.876)
Outros impostos sobre vendas (PIS/COFINS/INSS)	(33.012)	(34.182)	(33.623)
Devoluções de vendas	(2.869)	(5.356)	(2.869)
Ajuste a valor presente	(3.441)	(3.758)	(3.441)
	256.706	279.441	257.919

23. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Despesas por função			
Custo dos bens e serviços vendidos	(156.159)	(163.972)	(154.868)
Despesas com vendas	(61.868)	(57.422)	(69.148)
Despesas administrativas	(19.830)	(19.637)	(24.395)
	(237.857)	(241.031)	(248.411)
Despesas por natureza			
Despesas com pessoal	(41.448)	(37.599)	(49.165)
Despesas com insumos	(125.188)	(134.222)	(123.998)
Despesas com depreciação e amortização	(8.286)	(8.277)	(8.335)
Despesas com serviços de terceiros	(15.609)	(12.611)	(16.905)
Despesas com propaganda	(12.995)	(13.488)	(13.090)
Despesas com comissões	(2.721)	(2.688)	(2.721)
Despesas com provisões	(3.384)	(7.673)	(3.384)
Outras despesas(*)	(28.226)	(24.473)	(30.813)
	(237.857)	(241.031)	(248.411)

*A adesão ao Refis, comunicada por Fato Relevante no dia 16 de dezembro de 2013, afetou as despesas administrativas, na segregação por natureza, dentro da linha de outras despesas em R\$ 2.697 (R\$ 2.158, valor líquido de provisões).

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais.

a) Instrumentos financeiros - Valor justo

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir, assim com os métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- **Caixa e equivalentes de caixa** – Decorrem diretamente das operações da Companhia e está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço.
- **Contas a receber de clientes e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- **Empréstimos concedidos** – São classificados como ativos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais, de forma líquida do ajuste a valor presente. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, e de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes empréstimos concedidos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Instrumentos financeiros - Valor justo -- Continuação

- **Empréstimos e financiamentos** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos diferem de seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas pré-fixadas que diferem das atuais taxas de mercado praticadas.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia. Os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, assim como o seu valor justo, estão demonstrados no quadro abaixo:

Valor contábil

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	73.677	93.208	74.711
Empréstimos concedidos	3.674	7.518	3.674
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores	(6.245)	(6.698)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	(557)	(5.685)	(557)

Valor justo

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Ativos			
Empréstimos e recebíveis			
Caixa e equivalentes de caixa	11.316	28.719	11.629
Contas a receber de clientes	73.677	93.208	74.711
Empréstimos concedidos	3.612	8.096	3.612
Passivos			
Empréstimos e financiamentos			
Fornecedores	(6.245)	(6.698)	(6.311)
Empréstimos e financiamentos	(554)	(5.725)	(554)

Para a determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros a Companhia adotou a técnica de avaliação de preços observáveis ("Nível 2").

b) Gerenciamento de riscos

Os principais passivos financeiros da Companhia são compostos por contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos. O principal objetivo destes passivos financeiros é de levantar recursos financeiros para as operações da Companhia. Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e empréstimos concedidos à clientes, que são obtidos diretamente de suas operações.

A Companhia é exposta ao risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros, risco de taxas de câmbio, e risco de preço de *commodities*), risco de crédito e risco de liquidez. Os instrumentos financeiros afetados por riscos incluem os empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa, contas a receber, e empréstimos concedidos a clientes.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base na política de controle, que estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição. A Companhia não realiza operações com instrumentos derivativos ou qualquer outro tipo de operação com propósito especulativo.

- **Risco de mercado**

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de *commodities*, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a receber e empréstimos a pagar e contas a pagar a fornecedores.

- **Risco de taxa de juros**

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada entre empréstimos a receber e empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática diversificar as captações de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas, análise permanente de riscos das instituições financeiras.

- **Riscos cambiais**

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, basicamente em operações de exportação de produtos. A Companhia tem obtido sucesso em ajustar a sua estrutura de custos e os seus preços de venda de forma a assimilar as oscilações de câmbio. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta o saldo no contas a receber por vendas ao mercado externo equivalente a USD 1.703 mil.

Sensibilidade a taxas de câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores dos ativos e passivos em moeda estrangeira nos quais a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

Sensibilidade a taxas de câmbio -- Continuação

Além desse cenário, apresentamos mais dois cenários, com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

Operação	Moeda	Cenário Provável	Cenário A	Cenário B
		(Valor Contábil)		
Redução da taxa de câmbio				
Contas a receber em moeda estrangeira	R\$	3.985	2.988	1.992
Deterioração da taxa em:				
Referência para taxa de Câmbio:				
	Dólar	2,34	1,76	1,17
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(997)	(1.993)

- **Risco de preço das commodities**

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço das matérias-primas e demais insumos utilizados no processo de produção. Em função de utilizar *commodities* como matéria – prima, chapas de MDF, a Companhia poderá ter seu custo dos produtos vendidos afetado por alterações nos preços destes materiais. Para minimizar esse risco, a Companhia monitora permanentemente as oscilações de preço e quando for o caso, utiliza-se da formação de estoques estratégicos para manter suas atividades comerciais. A Companhia tem obtido sucesso na aplicação desta política.

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas oriundas de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco, conforme avaliação de sua Administração. Para contas a receber de clientes, a Companhia possui ainda provisão para devedores duvidosos, conforme mencionado na Nota 5.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente é administrado pelo departamento financeiro, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecida pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia contava com 13 clientes (31 de dezembro de 2012: 8 clientes) responsáveis por 50,41% (31 de dezembro de 2012: 50,04%) de todos os recebíveis devidos. A Companhia tem garantias reais e monitora sua exposição. Esses clientes operam com diversas lojas no Brasil, incluindo um magazine. Não há cliente que represente individualmente mais que 10% das vendas.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

b) Gerenciamento de riscos -- Continuação

- **Risco de crédito** -- Continuação

Contas a Receber -- Continuação

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a necessidade de registro de provisão para perdas é avaliada coletivamente.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pelo departamento financeiro da Companhia e monitorado pela diretoria. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas pela Diretoria Executiva, exclusivamente de primeira linha. Os montantes aplicados são monitorados a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

- **Risco de liquidez**

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia é monitorado diariamente pela área financeira da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil do vencimento do passivo financeiro em 31 de dezembro de 2013 com base nos pagamentos contratuais e juros projetados com base nos contratos:

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 3 meses	3 a 12 meses	Total
Empréstimos e financiamentos	288	282	570
Fornecedores	6.043	202	6.245
	6.331	484	6.815

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2013 e 2012, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios findos naquelas datas.

c) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que esta mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro -- Continuação

c) Gestão do capital social -- Continuação

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos e fornecedores, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações de liquidez não imediata, como demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>
Empréstimos e financiamentos	557	5.685	557
Fornecedores	6.245	6.698	6.311
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(11.316)	(28.719)	(11.629)
Dívida líquida	(4.514)	(16.336)	(4.761)
Patrimônio líquido	205.303	222.130	205.303
Patrimônio líquido e dívida líquida	200.789	205.794	200.542

25. Seguros

A Companhia adota política de contratar seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais categorias de seguros estão demonstradas a seguir:

<u>Cobertura</u>	<u>Exercício de vigência</u>		<u>Importância segurada</u>
	<u>De</u>	<u>Até</u>	
Incêndios, vendavais e danos elétricos			
Máquinas e equipamentos	2013	2014	100.500
Estoque	2013	2014	21.827
Edificações	2013	2014	36.000
Lucros cessantes	2013	2014	17.712
Responsabilidade civil para administradores	2013	2014	10.000

26. Informação por segmento

A Companhia tem como operações a industrialização e comercialização de móveis planejados. Os produtos da Companhia, embora sejam destinados a diversos públicos, não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia, administrados, monitorados e avaliados de forma integrada como um único segmento operacional.

A receita bruta de vendas no mercado interno e externo está assim representada:

Receita bruta de vendas	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Mercado interno	333.171	359.009	335.677
Mercado externo	8.970	8.063	8.970
	342.141	367.072	344.647

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2013, 3% (2% em 2012) da receita bruta.

27. Transações que não afetam caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

As transações que não afetam caixa no exercício foram:

	Controladora		Consolidado
	2013	2012	2013
Aumento de Capital	-	30.101	-
Transferência de ponto comercial de investimentos para o intangível	(322)	(300)	(322)
Compras de imobilizado a prazo	-	943	-
Aquisição de pontos comerciais e imobilizado com créditos a receber de lojistas			
Contas a receber	(3.211)	(13.820)	(3.211)
Empréstimos concedidos	-	(924)	-
Outros	-	(2)	-
Fundo de comércio – Intangível (Nota 11)	2.991	14.476	2.991
Imobilizado (Nota 10)	220	270	220

28. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos pagamentos mínimos em 2013 (Consolidado)
Até um ano	1.655
Acima de um ano e até cinco anos	4.175

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$154 (R\$88 em 2012). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a cinco anos, sujeitos a encargos financeiros referentes à variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Os alugueis são quitados dentro do mês corrente, não restando saldo a pagar no final do exercício.

Parcela substancial de alguns aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o exercício de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.